

Critérios Gerais de Avaliação

2019|2020

ESJP

Uma escola centrada nas pessoas

Orientada para o sucesso

Projetada para o futuro

Sem relegar o passado

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| I. INTRODUÇÃO | 2 |
| II. ENQUADRAMENTO..... | 2 |
| III. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS..... | 3 |
| 1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES | 3 |
| 2. ÁREAS DE COMPETÊNCIAS COMUNS A TODOS OS DOMÍNIOS DO CURRÍCULO..... | 4 |
| IV. MODALIDADES DA AVALIAÇÃO | 7 |
| 1. AVALIAÇÃO INTERNA | 7 |
| 1.1. <i>Avaliação formativa</i> | 7 |
| 1.2. <i>Avaliação Sumativa</i> | 9 |
| 2. AVALIAÇÃO EXTERNA | 15 |
| 2.1. <i>Ensino Básico</i> | 15 |
| 2.2. <i>Ensino Secundário</i> | 15 |
| V. CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO | 16 |
| VI. CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO | 17 |
| 1. <i>Cursos Profissionais</i> | 17 |
| 1.1 <i>Estrutura Curricular</i> | 17 |
| 2. CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS - EFA..... | 20 |
| 2.1. <i>Estrutura Curricular</i> | 20 |
| DIVULGAÇÃO | 23 |

I. Introdução

“A avaliação, sustentada por uma dimensão formativa, é parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação. Enquanto processo regulador do ensino e da aprendizagem, a avaliação orienta o percurso escolar dos alunos e certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os conhecimentos adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.”

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, art.º 22.º, números 1 e 2.

O presente documento contempla as principais orientações relativas à avaliação das aprendizagens na Escola Secundária Jorge Peixinho (ESJP). Os critérios gerais de avaliação aqui formulados têm por base os normativos legais, o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, o projeto educativo e o regulamento interno que enquadram a avaliação das aprendizagens dos alunos.

Considera-se que a avaliação deve ser processual, contínua e sistemática, mas também contextualizada e diversificada, através do recurso a múltiplas técnicas e instrumentos. Deve ser transparente, através da explicitação dos critérios adotados, e orientadora, na medida em que fornece informação sobre a progressão das aprendizagens do aluno, funcionando como fator regulador do processo educativo e formativo.

Nesta medida, os critérios específicos de avaliação, os momentos de avaliação e os instrumentos de avaliação devem ser cuidadosamente definidos e planificados pelos Grupos de Recrutamento (GR) em função da natureza específica de cada disciplina. Assim, os critérios específicos de avaliação deverão espelhar a natureza e as condições de aplicação dos diferentes métodos, técnicas e instrumentos de avaliação, tendo em conta o referencial comum que constitui o presente documento.

II. Enquadramento

O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, regulamentado pelas Portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, n.º 226-A/2018, de 7 de agosto e n.º 235-A/2018, 23 de agosto, que estabelecem, respetivamente, as matrizes curriculares do ensino básico, dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais, do ensino secundário, são conjugados com as orientações do ***Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*** e as ***Aprendizagens Essenciais***, homologadas pelo Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho, relativamente ao ensino básico, e pelo Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto, relativamente ao ensino secundário. Estes normativos legais aplicam-se, no presente ano letivo (2019/2020), aos 7.º; 8.º; 10.º e 11.º anos. Para os restantes

anos de escolaridade, mantêm-se em vigor os normativos anteriores com base no Decreto-Lei n.º139/2012, de 5 de julho, na sua redação atual.

No que diz respeito aos alunos aos quais deverão ser aplicadas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, seletivas e/ou adicionais, os critérios gerais de avaliação serão adaptados nos termos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

III. Avaliação das Aprendizagens

1. Princípios Orientadores

A avaliação das aprendizagens assenta nos seguintes princípios:

- Promoção da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assente numa abordagem multinível, no reforço do caráter formativo da avaliação;
- Garantia de uma escola inclusiva, que promove a igualdade e a não discriminação;
- Reconhecimento dos professores enquanto agentes principais do desenvolvimento do currículo;
- Envolvimento dos alunos e encarregados de educação na autorregulação das aprendizagens;
- Promoção de maior articulação entre o ensino básico e o ensino secundário;
- Valorização da gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo, designadamente através do desenvolvimento de projetos que aglutinem aprendizagens das diferentes disciplinas, planeados, realizados e avaliados pelo conjunto dos professores do conselho de turma ou do ano de escolaridade;
- Conceção de um currículo integrador, que agregue todas as atividades e projetos da escola, assumindo-os como fonte de aprendizagem e de desenvolvimento de competências pelos alunos;
- Valorização dos percursos e progressos realizados por cada aluno;
- Assunção da importância da natureza transdisciplinar das aprendizagens, da mobilização de literacias diversas, de múltiplas competências, teóricas e práticas;
- Valorização da língua e da cultura portuguesas, enquanto veículos de identidade nacional;
- Valorização das línguas estrangeiras, enquanto veículos de identidade global e multicultural e de facilitação do acesso à informação e à tecnologia;
- Valorização da diversidade linguística dos alunos e da comunidade, enquanto expressão da identidade individual e coletiva;
- Promoção da educação para a cidadania e do desenvolvimento pessoal, interpessoal, e de intervenção social, ao longo de toda a escolaridade obrigatória;
- Valorização do trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento, na realização e na avaliação do ensino e das aprendizagens;

- Afirmação da avaliação das aprendizagens como parte integrante da gestão do currículo enquanto instrumento ao serviço do ensino e das aprendizagens;
- Promoção da capacidade reguladora dos instrumentos de avaliação externa, valorizando uma intervenção atempada e rigorosa, sustentada pela informação decorrente do processo de aferição, no sentido de superar dificuldades nos diferentes domínios curriculares;
- Reconhecimento da importância da avaliação interna e externa, para efeitos de certificação dos ensinos básico e secundário.

2. Áreas de competências comuns a todos os domínios do currículo

A componente do currículo de natureza transversal corresponde às áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, com abordagem de natureza interdisciplinar que mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma.

Estas competências, descritas no Quadro 1, não fazem parte integrante do currículo específico das disciplinas, não sendo objeto de avaliação isoladamente, mas no contexto das mesmas, de forma articulada com os conteúdos programáticos, os conhecimentos e as capacidades específicos de cada disciplina.

“Estas competências são complementares e a sua enumeração não pressupõe qualquer hierarquia interna entre as mesmas. Nenhuma delas, por outro lado, corresponde a uma área curricular específica. Sendo que em cada área curricular estão necessariamente envolvidas múltiplas competências, teóricas e práticas. Pressupõem o desenvolvimento de literacias múltiplas, tais como a leitura e a escrita, a numeracia e a utilização das tecnologias de informação e comunicação, que são alicerces para aprender e continuar a aprender ao longo da vida”.

In Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Cabe a cada Grupo de Recrutamento (GR), no âmbito das suas decisões pedagógicas, especificar os parâmetros referenciados, no contexto de cada área de estudos e definir os respetivos indicadores; esta especificação constará dos Critérios Específicos de cada disciplina.

Quadro 1
Áreas de competências comuns a todos os domínios do currículo

| A. Linguagens e textos |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - utilizar de modo proficiente diferentes linguagens e símbolos associados às línguas (língua materna e línguas estrangeiras), à literatura, à música, às artes, às tecnologias, à matemática e à ciência; - aplicar estas linguagens de modo adequado aos diferentes contextos de comunicação, em ambientes analógico e digital; - dominar capacidades nucleares de compreensão e de expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal. |
| B. Informação e comunicação |
| <ul style="list-style-type: none"> - utilizar e dominar instrumentos diversificados para pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação, de forma crítica e autónoma, verificando diferentes fontes documentais e a sua credibilidade; - transformar a informação em conhecimento; - colaborar em diferentes contextos comunicativos, de forma adequada e segura, utilizando diferentes tipos de ferramentas (analógicas e digitais), com base nas regras de conduta próprias de cada ambiente. |
| C. Raciocínio e resolução de problemas |
| <ul style="list-style-type: none"> - interpretar informação, planear e conduzir pesquisas; - gerir projetos e tomar decisões para resolver problemas; - desenvolver processos conducentes à construção de produtos e de conhecimento, usando recursos diversificados. |
| D. Pensamento crítico e pensamento criativo |
| <ul style="list-style-type: none"> - pensar de modo abrangente e em profundidade, de forma lógica, observando, analisando informação, experiências ou ideias, argumentando com recurso a critérios implícitos ou explícitos, com vista à tomada de posição fundamentada; - convocar diferentes conhecimentos, de matriz científica e humanística, utilizando diferentes metodologias e ferramentas para pensarem criticamente; - prever e avaliar o impacto das suas decisões; - desenvolver novas ideias e soluções, de forma imaginativa e inovadora, como resultado da interação com outros ou da reflexão pessoal, aplicando-as a diferentes contextos e áreas de aprendizagem. |
| E. Relacionamento interpessoal |
| <ul style="list-style-type: none"> - adequar comportamentos em contextos de cooperação, partilha, colaboração e competição; - trabalhar em equipa e usar diferentes meios para comunicar presencialmente e em rede; - interagir com tolerância, empatia e responsabilidade e argumentar, negociar e aceitar diferentes pontos de vista, desenvolvendo novas formas de estar, olhar e participar na sociedade. |
| F. Desenvolvimento pessoal e autonomia |
| <ul style="list-style-type: none"> - estabelecer relações entre conhecimentos, emoções e comportamentos; - identificar áreas de interesse e de necessidade de aquisição de novas competências; - consolidar e aprofundar as competências que já possuem, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida; - estabelecer objetivos, traçar planos e concretizar projetos, com sentido de responsabilidade e autonomia. |

G. Bem-estar e saúde

- adotar comportamentos que promovem a saúde e o bem-estar, designadamente nos hábitos quotidianos, na alimentação, nos consumos, na prática de exercício físico, na sexualidade e nas suas relações com o ambiente e a sociedade;
- compreender os equilíbrios e as fragilidades do mundo natural na adoção de comportamentos que respondam aos grandes desafios globais do ambiente;
- manifestar consciência e responsabilidade ambiental e social, trabalhando colaborativamente para o bem comum, com vista à construção de um futuro sustentável.

H. Sensibilidade estética e artística

- reconhecer as especificidades e as intencionalidades das diferentes manifestações culturais;
- experimentar processos próprios das diferentes formas de arte;
- apreciar criticamente as realidades artísticas, em diferentes suportes tecnológicos, pelo contacto com os diversos universos culturais;
- valorizar o papel das várias formas de expressão artística e do património material e imaterial na vida e na cultura das comunidades.

I. Saber científico, técnico e tecnológico

- compreender processos e fenómenos científicos que permitam a tomada de decisão e a participação em fóruns de cidadania;
- manipular e manusear materiais e instrumentos diversificados para controlar, utilizar, transformar, imaginar e criar produtos e sistemas;
- executar operações técnicas, segundo uma metodologia de trabalho adequada, para atingir um objetivo ou chegar a uma decisão ou conclusão fundamentada, adequando os meios materiais e técnicos à ideia ou intenção expressa;
- adequar a ação de transformação e criação de produtos aos diferentes contextos naturais, tecnológicos e socioculturais, em atividades experimentais, projetos e aplicações práticas desenvolvidos em ambientes físicos e digitais.

J. Consciência e domínio do corpo

- realizar atividades motoras, locomotoras, não-locomotoras e manipulativas, integradas nas diferentes circunstâncias vivenciadas na relação do seu próprio corpo com o espaço;
- dominar a capacidade percetivo-motora (imagem corporal, direcionalidade, afinamento percetivo e estruturação espacial e temporal);
- ter consciência de si próprios a nível emocional, cognitivo, psicossocial, estético e moral por forma a estabelecer consigo próprios e com os outros uma relação harmoniosa e salutar.

IV. Modalidades da avaliação

A avaliação das aprendizagens assume as seguintes formas:

- Avaliação interna;
- Avaliação externa.

1. Avaliação Interna

A avaliação interna, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de administração e gestão e de coordenação e supervisão pedagógica da ESJP, compreende as seguintes modalidades de avaliação:

- Formativa;
- Sumativa.

1.1. Avaliação formativa

“A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem.

A informação recolhida com finalidade formativa fundamenta a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.”

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, Artigoº. 24.º Números 1 e 2

A avaliação formativa respeita o disposto no Quadro 2.

Quadro 2
Avaliação formativa
Procedimentos da responsabilidade dos Grupos de Recrutamento e/ou docentes

- Mobilizar técnicas, instrumentos e procedimentos variados de diferenciação pedagógica e de superação das dificuldades dos alunos.
- Definir os instrumentos de avaliação a utilizar, com as respetivas matrizes e critérios de classificação, atendendo à heterogeneidade dos alunos e adaptando-se aos contextos de ensino-aprendizagem.
- Agendar os momentos formais de avaliação, de natureza escrita, oral ou prática, divulgados preferencialmente na plataforma *Inovar*, em consonância com os interesses de professores e alunos, garantindo que os alunos não realizem mais do que uma prova por dia e, sempre que possível, três por semana.
- Divulgar aos alunos:
 - antes da sua realização, a matriz correspondente a cada momento formal de avaliação (conteúdos, conhecimentos e capacidades, objetivos, tipo de instrumento, tipologia de exercícios, tempo e cotação);
 - após a sua realização, os critérios de classificação e as propostas de correção.
- Explicitar a cotação de cada resposta ou desempenho, cabendo esta decisão a cada GR respeitando a especificidade de cada disciplina, devendo ser fundamentada em ata de reunião de grupo e cumprida por todos os professores.
- Entregar aos alunos os instrumentos de avaliação escrita devidamente classificados, no prazo máximo de dez dias úteis após a data da sua realização.
- Entregar aos alunos, até ao último dia de aulas de cada período letivo, todos os instrumentos de avaliação, devidamente classificados, realizados nesse período.
- Analisar, em reunião de GR, as grelhas de registo das avaliações dos alunos e registar em ata o resultado desta análise.
- Se necessário, reajustar estratégias de ensino e mobilizar processos de apoio às aprendizagens.
- Comunicar ao correspondente Diretor de Turma, até às datas definidas pela Diretora em cada período letivo, a informação detalhada sobre o desempenho de cada aluno.
- Fornecer, para todos os instrumentos de avaliação utilizados ao longo do ano letivo, a matriz, os enunciados, as cotações, os critérios de classificação e as grelhas de registo das avaliações dos alunos ao subcoordenador de GR.

Avaliação da Oralidade e da Dimensão Prática e Experimental

A avaliação da oralidade e da dimensão prática e experimental deverá ser objeto de reflexão pelos docentes de cada GR que deverão definir a sua ponderação nos critérios específicos da disciplina, sendo que o peso percentual deverá situar-se entre os 20% e os 30%, inclusive.

Nas seguintes disciplinas, no 12º ano, a dimensão oral, prática e experimental é obrigatoriamente avaliada de acordo com as ponderações indicadas no Quadro 3:

Quadro 3
Avaliação da Oralidade e da Dimensão Prática e Experimental

| DISCIPLINA | DIMENSÃO | PONDERAÇÃO (%) |
|---|------------------------|----------------|
| Português | Oralidade | 20 |
| Língua Estrangeira | Oralidade | 30 |
| Biologia (anual) Geologia (anual) Química (anual) Física (anual) | Prática e Experimental | 30 |

1.2. Avaliação Sumativa

“A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.”

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, Artigoº. 24.º, Número 3

A avaliação sumativa, da responsabilidade conjunta e exclusiva dos professores que compõem o conselho de turma e dos órgãos de gestão e administração da ESJP, ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo, e corresponde à formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento das aprendizagens do aluno. Consiste num momento formal de avaliação, que visa classificar e diferenciar o desempenho dos alunos, face ao grau de consecução dos objetivos a atingir.

No 7.º e 8.º anos, as disciplinas que constam no quadro 4 estão organizadas de modo semestral, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Quadro 4
Disciplinas com funcionamento semestral

| Línguas Estrangeiras | | Ciências Sociais e Humanas | | Ciências Físico-Naturais | | Ciências Sociais e Humanas | Oferta Complementar |
|----------------------|-----------------------|----------------------------|-----------|--------------------------|----------------|-----------------------------|---------------------|
| Inglês | Língua Estrangeira II | História | Geografia | Ciências Naturais | Físico-Química | Cidadania e Desenvolvimento | Oferta de Escola |

A avaliação sumativa é complementada pela realização de provas finais de ciclo, no 9.º ano do ensino básico, de exames finais nacionais nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, e da prova de aptidão profissional nos cursos profissionais do ensino secundário.

Os procedimentos da avaliação sumativa estão elencados no Quadro 5.

Quadro 5

Procedimentos da Avaliação Sumativa

- A avaliação sumativa no 3º ciclo do ensino básico:
 - exprime-se numa escala de 1 a 5 em todas as disciplinas;
 - exprime-se numa menção qualitativa de Não satisfaz, Satisfaz ou Satisfaz bem, na oferta complementar de Espaço Turma e Projetos/Educação Cívica;
 - sempre que se considere relevante, pode ser acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno, que ficará registada em ata.
 - nas disciplinas com organização de funcionamento semestral, processa-se do seguinte modo:
 - a) Para a atribuição das classificações, o conselho de turma reúne no final do semestre;
 - b) A classificação atribuída no final do semestre fica registada em ata e está sujeita a aprovação do conselho de turma de avaliação no final do ano letivo.
- A avaliação sumativa, no ensino secundário, exprime-se numa escala numérica de 0 a 20 valores. Exceção-se deste disposto Cidadania e Desenvolvimento.
- O peso relativo de todos os elementos de avaliação deve estar devidamente clarificado na proposta de avaliação e respeitar os critérios específicos de cada disciplina.
- As propostas de avaliação sumativa dos alunos são analisadas pelo conselho de turma, sendo este órgão responsável pelas classificações atribuídas; neste sentido, cabe ao docente prestar as informações e disponibilizar os registos que suportam a sua proposta, se solicitado.
- Constitui responsabilidade de todos membros do conselho de turma alertar para eventuais discrepâncias nas classificações propostas, devendo estas situações ser objeto de ponderação suplementar, antes de ser decidida a classificação a atribuir.
- A classificação atribuída no final de cada período letivo deverá traduzir o aproveitamento do aluno, desde o início do ano até esse momento específico de avaliação.
- Ressalva-se que a falta de assiduidade por motivos devidamente justificados não poderá, por si só, ser motivo de penalização do aluno, relativamente ao processo de avaliação.
- A deliberação final quanto à classificação a atribuir em cada disciplina é do conselho de turma, mediante a apreciação da proposta apresentada pelo respetivo professor.
- As deliberações do conselho de turma devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.
- No caso de recurso à votação:
 - Todos os membros do conselho de turma devem votar mediante voto nominal, sendo o voto de cada membro registado em ata e não sendo permitida a abstenção.
 - A deliberação só pode ser tomada por maioria absoluta, tendo o presidente do conselho de turma voto de qualidade, em caso de empate.
 - Na ata da reunião do conselho de turma, devem ficar registadas todas as deliberações e a respetiva fundamentação.
- A decisão de retenção assume/reveste-se sempre de um caráter pedagógico, exigindo a avaliação individualizada da situação específica do aluno, ponderando-se:
 - As condições de possibilidade de o aluno adquirir os conhecimentos e desenvolver as competências essenciais até ao final do ciclo;
 - A evolução do aluno;
 - As condições específicas de cada aluno, incluindo alunos com medidas seletivas e/ou adicionais, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, quer no domínio cognitivo e psicomotor, quer no domínio socioafetivo;
 - O contexto de ensino e aprendizagem em que o aluno se encontra inserido, nomeadamente a situação de alunos estrangeiros;
 - O benefício pedagógico previsível, no percurso escolar do aluno, onde, para além de outros aspetos, se deverá ponderar a questão da integração no grupo-turma.

Quadro 6
AValiação NO ENSINO BÁSICO

| | | PARÂMETROS | EXEMPLOS DE INSTRUMENTOS | ÁREAS DE COMPE TÊNCIAS | VALO RES | PONDERAÇÃO (%) | |
|--------------|-----------------------------|--|--|------------------------------|---------------|----------------|---|
| | | | | | | 7º/8º | 9º |
| COMPETÊNCIAS | CONHECIMENTOS E CAPACIDADES | <ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de capacidades específicas.• Compreensão e aplicação de conhecimentos.• Compreensão e expressão oral e escrita. | <ul style="list-style-type: none">• Atividades escritas, orais, físicas e práticas.• Portefólios.• Trabalhos de projeto.• Relatórios de aula, laboratoriais e de visitas de estudo.• Trabalhos de pesquisa.• Registos de observação direta, de auto e heteroavaliação (questionários, escalas de classificação, listas de verificação). | A, B, C, D, E, F, G, H, I, J | a, b, c | 80 | 80 (em todas as disciplinas, à exceção de Português e Matemática) 90 (em Português e Matemática) |
| | ATITUDES | Perante o conhecimento e o outro: <ul style="list-style-type: none">• Autonomia;• Cidadania;• Criatividade;• Cumprimento de regras e normas;• Curiosidade;• Empenho;• Espírito crítico;• Espírito de iniciativa;• Integridade;• Perseverança;• Relacionamento interpessoal;• Respeito;• Responsabilidade;• Rigor. | <ul style="list-style-type: none">• Registos de observação direta, de auto e heteroavaliação (questionários, escalas de classificação, listas de verificação). | D, E, F, G, J | a, b, c, d, e | 20 | 20 (em todas as disciplinas, à exceção de Português e Matemática) 10 (em Português e Matemática) |

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS

A - Linguagens e textos
 B - Informação e comunicação
 C - Raciocínio e resolução de problemas
 D - Pensamento crítico e pensamento criativo
 E - Relacionamento interpessoal
 F - Desenvolvimento pessoal e autonomia
 G - Bem-estar, saúde e ambiente
 H - Sensibilidade estética e artística
 I - Saber científico, técnico e tecnológico
 J - Consciência e domínio do corpo.

VALORES

Todas as crianças e jovens devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática valores de:
a - Responsabilidade e integridade
b - Excelência e exigência
c - Curiosidade, reflexão e inovação
d - Cidadania e participação
e - Liberdade

Nota:

- Atendendo a que a avaliação é um processo contínuo, a avaliação no final de cada período lectivo/semestre será o resultado da média ponderada obtida através da aplicação dos critérios específicos das várias disciplinas.
- Em cada período/semestre, a proposta de avaliação a apresentar por cada docente deve ser o resultado de uma reflexão cuidada, tanto pessoal como do grupo de recrutamento, sobre o percurso de cada aluno.

Correspondência entre a Menção Qualitativa e a Menção Quantitativa (*)

| (%) | Muito fraco | 0 a 19 | Insuficiente | 20 a 49 | Suficiente | 50 a 69 | Bom | 70 a 89 | Muito Bom | 90 a 100 |
|-----------------|-------------|--------|--------------|---------|------------|---------|-----|---------|-----------|----------|
| Escala numérica | | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 |

(*) de acordo com a alínea b) do art.º 28º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

Na decisão de retenção no 7.º ano, do 3.º ciclo, a retenção ocorre quando o aluno tem 3 ou mais níveis inferiores a três.

Na decisão de retenção no 8.º ano, do 3.º ciclo, deverão ser tomadas em conta as situações tipificadas no Quadro 7.

Quadro 7
Condições de retenção nos anos não terminais do 3.º. Ciclo (8.º. Ano)

| Português / PLNM | Matemática | Disciplina 1 | Disciplina 2 | Disciplina 3 | |
|------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| < 3 | <3 | | | | Não Transita |
| | | < 3 | < 3 | < 3 | Não Transita |
| < 3 | | < 3 | < 3 | | Não Transita |
| | < 3 | < 3 | < 3 | | Não Transita |

No final do 9.º ano, do 3.º ciclo, o aluno não progride e obtém a menção de Não Aprovado se estiver numa das seguintes situações identificadas no Quadro 8.

Quadro 8
Condições de retenção no final do 3.º. Ciclo (9.º ano)

| Português /PLNM | Matemática | Disciplina 1 | Disciplina 2 | Disciplina 3 | |
|-----------------|------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| < 3 | <3 | | | | Não Aprovado(a) |
| | | < 3 | < 3 | < 3 | Não Aprovado(a) |
| < 3 | | < 3 | < 3 | | Não Aprovado(a) |
| | < 3 | < 3 | < 3 | | Não Aprovado(a) |

Quadro 9

Condições de Aprovação, Transição e Progressão nos Cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário

- A aprovação do aluno em cada disciplina depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores.
- A classificação de frequência no ano terminal das disciplinas plurianuais não pode ser inferior a 8 valores.
- A transição do aluno para o ano escolar seguinte verifica-se sempre que a classificação anual de frequência ou final de disciplina, consoante os casos, não seja inferior a 10 valores a mais de duas disciplinas. Nessas disciplinas são consideradas as constantes do plano de estudos a que o aluno tenha obtido classificação inferior a 10 valores, sido excluído por faltas ou anulado a matrícula.
- Na transição do 11.º para o 12.º ano, são consideradas igualmente as disciplinas em que o aluno não progrediu na transição do 10.º para o 11.º ano.
- Os alunos que transitam para o ano seguinte com classificações inferiores a 10 em uma ou duas disciplinas progridem nessa(s) disciplina(s) desde que a(s) classificação(ões) obtida(s) não seja(m) inferior(es) a 8 valores.
- Os alunos não progridem em disciplinas em que tenham obtido classificação inferior a 10 valores em dois anos curriculares consecutivos.
- A conclusão do ensino secundário está dependente da realização de exames finais nacionais às disciplinas sujeitas a avaliação externa.

Quadro 10
AVALIAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO (cursos científico-humanísticos)

| | | PARÂMETROS | EXEMPLOS DE INSTRUMENTOS | ÁREAS DE COMPETÊNCIAS | VALORES | PONDERAÇÃO (%) |
|--------------|-----------------------------|---|---|------------------------------|---------------|----------------|
| | | | | | | 10º/11º/12º |
| COMPETÊNCIAS | CONHECIMENTOS E CAPACIDADES | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de capacidades específicas. Compreensão e aplicação de conhecimentos. Compreensão e expressão oral e escrita. | <ul style="list-style-type: none"> Atividades escritas, orais, físicas e práticas. Portefólios. Trabalhos de projeto. Relatórios de aula, laboratoriais e de visitas de estudo. Trabalhos de pesquisa. Registos de observação direta, de auto e heteroavaliação (questionários, escalas de classificação, listas de verificação). | A, B, C, D, E, F, G, H, I, J | a, b, c | 90 |
| | ATITUDES | Perante o conhecimento e o outro: <ul style="list-style-type: none"> Autonomia; Cidadania; Criatividade; Cumprimento de regras e normas; Curiosidade; Empenho; Espírito crítico; Espírito de iniciativa; Integridade; Perseverança; Relacionamento interpessoal; Respeito; Responsabilidade; Rigor. | <ul style="list-style-type: none"> Registos de observação direta, de auto e heteroavaliação (questionários, escalas de classificação, listas de verificação). | D, E, F, G, J | a, b, c, d, e | 10 |

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS

A - Linguagens e textos
B - Informação e comunicação
C - Raciocínio e resolução de problemas
D - Pensamento crítico e pensamento criativo
E - Relacionamento interpessoal
F - Desenvolvimento pessoal e autonomia
G - Bem-estar, saúde e ambiente
H - Sensibilidade estética e artística
I - Saber científico, técnico e tecnológico
J - Consciência e domínio do corpo.

VALORES

Todas as crianças e jovens devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática valores de:
a - Responsabilidade e integridade
b - Excelência e exigência
c - Curiosidade, reflexão e inovação
d - Cidadania e participação
e - Liberdade

Nota

- Atendendo a que a avaliação é um processo contínuo, a avaliação no final de cada período letivo será o resultado da média ponderada obtida através da aplicação dos critérios específicos das várias disciplinas.
- Em cada período, a proposta de avaliação a apresentar por cada docente deve ser o resultado de uma reflexão cuidada, tanto pessoal como do Grupo de Recrutamento, sobre o percurso de cada aluno.

Correspondência entre a Menção Qualitativa e a Menção Quantitativa (*)

| Pontos | Muito fraco | 0 a 44 | Insuficiente | 45 a 94 | Suficiente | 95 a 134 | Bom | 135 a 174 | Muito Bom | 175 a 200 |
|---------|-------------|--------|--------------|---------|------------|----------|-----|-----------|-----------|-----------|
| Valores | | 0 a 4 | | 5 a 9 | | 10 a 13 | | 14 a 17 | | 18 a 20 |

(*) de acordo com a alínea c) do art.º 28º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

2. Avaliação Externa

2.1. Ensino Básico

A avaliação externa tem como referencial base as Aprendizagens Essenciais, previstas no n.º 2 do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, enquanto denominador curricular comum, devendo ainda contemplar a avaliação da capacidade de mobilização e de integração dos saberes disciplinares, com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A avaliação externa das aprendizagens no ensino básico, da responsabilidade dos serviços ou organismos do Ministério da Educação, compreende: as **provas de aferição** e as **provas finais de ciclo**.

As provas de aferição são de aplicação universal e de realização obrigatória por todos os alunos do ensino básico, numa única fase, no final do ano letivo, no 8.º ano de escolaridade. Estas provas abrangem, anualmente, as disciplinas de Português ou de Matemática e, rotativamente, uma das outras disciplinas ou combinação de disciplinas com inclusão de instrumentos vocacionados para a avaliação de situações práticas, assegurando a cobertura integral das áreas disciplinares do currículo.

As provas de aferição dão origem a informação sobre o desempenho do aluno, a inscrever na ficha individual do aluno e não integram a avaliação interna, pelo que os seus resultados não são considerados na classificação final da disciplina.

As provas finais de ciclo realizam -se no 9.º ano de escolaridade e incidem sobre os conteúdos do 3.º ciclo nas disciplinas de Português, Matemática e na disciplina de PLNM (Português Língua Não Materna em substituição do Português, para alunos que reúnam condições específicas de admissão).

Estão dispensados da realização de provas finais de ciclo, os alunos que:

- a) se encontrem a frequentar cursos de educação e formação de adultos (EFA);
- b) não tenham o português como língua materna e tenham ingressado no sistema educativo português no ano letivo correspondente ao da realização das provas finais;
- c) estejam abrangidos pelo número 2 do artigo 28.º da Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto.

Os alunos abrangidos pelo artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, prestam provas finais de ciclo, podendo beneficiar de adaptações ao processo de avaliação externa.

2.2. Ensino Secundário

A avaliação sumativa externa para os alunos dos cursos científico-humanísticos realiza -se no ano terminal da respetiva disciplina, nos termos seguintes:

- a) Na disciplina de Português, da componente de formação geral;
- b) Na disciplina trienal da componente de formação específica;

- c) Em duas disciplinas bienais da componente de formação específica, de acordo com o percurso formativo próprio do aluno, ou numa das disciplinas bienais da componente de formação específica e na disciplina de Filosofia da componente de formação geral, de acordo com a opção do aluno.

V. Cidadania e Desenvolvimento

Constitui -se como uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar, que mobiliza os contributos de diferentes componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos de cada turma.

No ensino básico, a avaliação na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento expressa-se numa escala de 1 a 5.

No ensino secundário, a componente de Cidadania e Desenvolvimento não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação nos projetos desenvolvidos neste âmbito registada no certificado do aluno.

VI. Cursos de Dupla Certificação

Os cursos de dupla certificação permitem, aos alunos, a obtenção de qualificação escolar e profissional. Têm como finalidade a integração dos jovens na vida ativa através do mercado de trabalho. Esta oferta formativa compreende: os cursos profissionais do ensino secundário (CPES) e os cursos de educação e formação de adultos (EFA).

1. Cursos Profissionais

Os CPES têm como principal finalidade, a integração dos jovens no mercado de trabalho, como técnicos intermédios de nível IV, com equivalência escolar ao 12.º ano. Embora a sua prioridade se encontre associada à integração na vida ativa, os cursos profissionais permitem o prosseguimento de estudos, no âmbito dos cursos técnicos superiores profissionais e nos termos regulamentados pelo acesso ao ensino superior.

1.1 Estrutura Curricular

A matriz curricular dos CPES (Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, regulamentado pela Portaria n.º 235-A/2018, 23 de agosto) organiza as disciplinas, assim como a «Formação em contexto de trabalho (FCT)», em 3 componentes de formação: Sociocultural, Científica e Tecnológica.

A avaliação das disciplinas é contínua e integrada no processo de ensino aprendizagem, recorrendo a meios e instrumentos adequados às especificidades de aprendizagem, e incidindo sobre:

- a) as aprendizagens previstas no programa das disciplinas de todas as componentes de formação e no plano da Formação em Contexto de Trabalho-FCT;
- b) as competências identificadas no perfil de desempenho à saída do curso.

Intervêm no processo de avaliação:

- a) O professor;
- b) O aluno;
- c) O orientador educativo de turma ou diretor de turma;
- d) O conselho de turma;
- e) O diretor de curso;
- f) O professor orientador da FCT;
- g) O monitor designado pela entidade de acolhimento;
- h) Os órgãos e estruturas de gestão e de coordenação pedagógica da escola;
- i) O encarregado de educação dos alunos menores;
- j) Representantes das associações empresariais, profissionais e sindicais;

- l) Personalidades de reconhecido mérito na área da formação profissional ou nos setores profissionais afins aos cursos;
- m) Serviços com competência em matéria de apoio socioeducativo;
- n) A administração educativa.

A intervenção e participação dos órgãos, estruturas e entidades previstas anteriormente assumirão as formas previstas na lei, ou, nas matérias que se inserem no âmbito da autonomia das escolas, nos instrumentos aprovados pelos órgãos competentes, de acordo com o regime jurídico aplicável à entidade formadora.

Quadro 11
AVALIAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO (cursos profissionais)

| | | PARÂMETROS | EXEMPLOS DE INSTRUMENTOS | ÁREAS DE COMPE TÊNCIAS | VALO RES | PONDERAÇÃO (%) | |
|--------------|-----------------------------|---|---|------------------------------|---------------|---------------------------------------|------------------------|
| | | | | | | Componente sociocultural e científica | Componente tecnológica |
| COMPETÊNCIAS | CONHECIMENTOS E CAPACIDADES | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de capacidades específicas. Compreensão e aplicação de conhecimentos. Compreensão e expressão oral e escrita. | <ul style="list-style-type: none"> Atividades escritas, orais, físicas e práticas. Portefólios. Trabalhos de projeto. Relatórios de aula, laboratoriais e de visitas de estudo. Trabalhos de pesquisa. Registos de observação direta, de auto e heteroavaliação (questionários, escalas de classificação, listas de verificação). | A, B, C, D, E, F, G, H, I, J | a, b, c | 80 | 85 |
| | ATITUDES | Perante o conhecimento e o outro: <ul style="list-style-type: none"> Autonomia; Cidadania; Criatividade; Cumprimento de regras e normas; Curiosidade; Empenho; Espírito crítico; Espírito de iniciativa; Integridade; Perseverança; Relacionamento interpessoal; Respeito; Responsabilidade; Rigor. | <ul style="list-style-type: none"> Registos de observação direta, de auto e heteroavaliação (questionários, escalas de classificação, listas de verificação). | D, E, F, G, J | a, b, c, d, e | 20 | 15 |

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS

A - Linguagens e textos
B - Informação e comunicação
C - Raciocínio e resolução de problemas
D - Pensamento crítico e pensamento criativo
E - Relacionamento interpessoal
F - Desenvolvimento pessoal e autonomia
G - Bem-estar, saúde e ambiente
H - Sensibilidade estética e artística
I - Saber científico, técnico e tecnológico
J - Consciência e domínio do corpo.

VALORES

Todas as crianças e jovens devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática valores de:
a - Responsabilidade e integridade
b - Excelência e exigência
c - Curiosidade, reflexão e inovação
d - Cidadania e participação
e - Liberdade

Nota

- Atendendo a que a avaliação é um processo contínuo, a avaliação no final de cada período letivo será o resultado da média ponderada obtida através da aplicação dos critérios específicos das várias disciplinas.
- Em cada período, a proposta de avaliação a apresentar por cada docente deve ser o resultado de uma reflexão cuidada, tanto pessoal como do Grupo de Recrutamento, sobre o percurso de cada aluno.

Correspondência entre a Menção Qualitativa e a Menção Quantitativa (*)

| Pontos | Muito fraco | 0 a 44 | Insuficiente | 45 a 94 | Suficiente | 95 a 134 | Bom | 135 a 174 | Muito Bom | 175 a 200 |
|---------|-------------|--------|--------------|---------|------------|----------|-----|-----------|-----------|-----------|
| Valores | | 0 a 4 | | 5 a 9 | | 10 a 13 | | 14 a 17 | | 18 a 20 |

(*) de acordo com a alínea c) do art.º 28º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

2. Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA

Os cursos EFA são um instrumento fundamental na qualificação da população adulta. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação ou, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar.

No processo de formação de adultos, assume especial importância os conceitos de competência e de competência-chave.

Reconhecer, validar e certificar competências e competências-chave da população adulta é um processo inovador que decorre essencialmente das estratégias de aprendizagem e formação ao longo da vida e que têm, como pressuposto, situações de aprendizagem com consideráveis níveis de complexidade, aprendizagem significativa e ativa.

Entende-se, neste contexto, por «competência», uma «combinatória de capacidades, conhecimentos, aptidões e atitudes apropriadas a situações específicas, requerendo também a «disposição para» e o «saber como» aprender (Comissão Europeia, *Key Competences for Lifelong Learning*. 2004). Entende-se por «competência-chave» «um conjunto articulado, transferível e multifuncional, de conhecimentos, capacidades e atitudes indispensáveis à realização e desenvolvimento individuais, à inclusão social e ao emprego» (id., ib.)

2.1. Estrutura Curricular

A organização curricular dos cursos EFA é realizada com base numa articulação efetiva das componentes de formação. O percurso de formação desenvolve-se com o recurso a atividades de complexidade crescente, que convoquem saberes de múltiplas áreas, possibilitando a sua complementaridade e transferência de competências.

A avaliação incide sobre as aprendizagens efetuadas e competências adquiridas, de acordo com os referenciais de formação aplicáveis, de forma contextualizada, isto é, tendo em vista a consistência entre as atividades de avaliação e de aquisição de saberes e competências.

A avaliação, nos cursos EFA, exprime-se de forma qualitativa, concretizando-se numa apreciação descritiva dos desempenhos, que promova a consciencialização, por parte do adulto, do trabalho desenvolvido, servindo de base à tomada de decisões.

A - Cursos EFA Escolares: Nível Básico B3

A organização dos cursos EFA – Nível Básico integra quatro áreas nucleares e uma área de conhecimento transversal. As áreas nucleares são:

- Linguagem e Comunicação (LC);
- Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- Matemática para a Vida (MV);
- Cidadania e Empregabilidade (CE);
- Aprender com Autonomia (AA) – área de conhecimento transversal.

O Referencial apresenta, para o nível B3, um total de 16 Unidades de Competência (4 por Área) que, no seu conjunto, definem o perfil terminal do Curso.

Os critérios de evidência relativos a cada uma das 16 unidades de competência estão definidos no Referencial de Competências - Chave nível básico.

A avaliação tem carácter essencialmente formativo e deve ter uma função reguladora e orientadora das aprendizagens dos formandos, recorrendo essencialmente a Atividades Integradoras.

A conclusão, com aproveitamento, dos cursos EFA B3 implica a validação de todas as unidades de competência, sendo que todos os critérios deverão ter sido obrigatoriamente evidenciados.

B - Cursos EFA Escolares: Nível Secundário

Os cursos EFA – Nível Secundário compreendem uma componente de formação de base que integra três áreas de competências - chave:

- Cidadania e Profissionalidade (CP);
- Sociedade, Tecnologia e Ciência (STC);
- Cultura, Língua e Comunicação (CLC).

As áreas de competências-chave estão organizadas no Catálogo Nacional de Qualificações por Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) de 50 horas cada. A cada UFCD constante na componente de formação de base corresponde uma Unidade de Competência (UC) do Referencial de Competências - Chave (RCC).

O Referencial apresenta um total de 22 UFCD/Unidades de Competência distribuídas da seguinte forma: 8 na área de CP e 7 em cada uma das áreas de CLC e STC. As UFCD organizam-se a partir de resultados de aprendizagem (RA), 4 por UFCD, em referência às 4 competências por Unidade, associadas aos 4 Domínios de Referência (DRA) que o Referencial de Competências -Chave define para cada Núcleo Gerador.

Quer isto dizer que, e de acordo com a regulamentação em vigor, os RA traduzem as competências / DRA do Referencial Competências - Chave.

Assim:

- 1º Resultado de Aprendizagem por UFCD (RA1) está associado ao Domínio Privado (DR1);
- 2º Resultado de Aprendizagem por UFCD (RA2) está associado ao Domínio Profissional (DR2);
- 3º Resultado de Aprendizagem por UFCD (RA3) está associado ao Domínio Institucional (DR3);
- 4º Resultado de Aprendizagem por UFCD (RA4) está associado ao Domínio Macro -Estrutural (DR4).

Consequentemente, num curso EFA – Nível Secundário, existe um total de 88 Resultados de Aprendizagem (4DRA x 22UC).

Ao longo do seu percurso de formação, o formando vai construindo aquele que será o instrumento de suporte para as decisões sobre a validação das suas aprendizagens, o Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA). Para efeitos de certificação, o formando deve obter uma avaliação sumativa com aproveitamento em todas as UFCD.

A validação de uma UFCD implica a evidenciação, no mínimo, de 2 dos 4 Resultados de Aprendizagem que a constituem.

Considera-se que um Resultado de Aprendizagem está evidenciado desde que, pelo menos, 2 dos 3 critérios de evidência definidos no Referencial de Competências-Chave para cada Competência/DRA, em cada Unidade/UFCD, estejam verificados.

A evidenciação dos 4 Resultados de Aprendizagem que suportam a validação de cada UFCD pressupõe a abordagem de todos os conceitos-chave específicos dessa unidade.

A avaliação referencia-se em parâmetros comuns de avaliação, que deverão suportar as decisões acerca da evidenciação dos Resultados de Aprendizagem/Avaliação sumativa, permitindo o equilíbrio e a validação dos resultados, por forma a dotar o processo de educação de adultos, desenvolvido na nossa escola, do rigor de formação e clareza de informação, que constituem as exigências mínimas do mercado de trabalho.

C - Cursos EFA Dupla Certificação: Nível Secundário

No que diz respeito às UFCD da componente de formação de base, dos percursos de dupla certificação, de nível secundário, as cargas horárias desta componente são menores relativamente aos outros percursos, logo a certificação está dependente da validação de todos os 4 Resultados de Aprendizagem definidos em cada UFCD.

Quanto à componente da formação tecnológica destes cursos, a certificação depende da comprovação de aprendizagens que abranjam todos os conteúdos formativos contemplados nas UFCD que compõem cada um dos planos curriculares. Igual disposição se aplica aos percursos em que seja desenvolvida apenas a componente tecnológica de um curso EFA.

Divulgação

Os Critérios Gerais de Avaliação serão divulgados na página eletrónica da Escola Secundária Jorge Peixinho. Os professores darão conhecimento, aos alunos, dos Critérios Específicos de Avaliação das respetivas disciplinas e anos de escolaridade, que serão igualmente divulgados na página eletrónica da escola.

No caso dos alunos com medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, a divulgação dos critérios de avaliação é efetuada nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.